

PESA NO BOLSO

Taxa de iluminação vai ser cobrada em dobro a partir do mês de julho

Consumidor vai pagar os R\$ 42 milhões não recolhidos entre julho do ano passado e janeiro deste ano

TAINÁ JARA

Sobrou para o contribuinte a queda de braço entre a gestão anterior e a Câmara Municipal de Campo Grande. O campo-grandense terá de arcar com cobrança dupla do Custeio da Iluminação Pública (Cosip) durante seis meses, a partir de julho. Ou seja, além de pagar a taxa cobrada normalmente, também vai assumir o pagamento do que não foi cobrado entre julho do ano passado e janeiro deste ano.

Nesse período, a taxa foi suspensa por força da Lei Complementar Municipal nº 285, de 22 de julho de 2016. De acordo com o secretário municipal de Finanças, Pedro Pedrossian Neto, a medida será implantada a partir de julho e renderá R\$ 7 milhões mensais a mais ao fundo municipal, totalizando R\$ 42 milhões ao final dos seis meses.

A data para retomada da cobrança foi estabelecida em reunião, ontem, entre representantes da prefeitura e da Energisa, concessionária responsável pelo serviço de energia na Capital, à qual cabe o recolhimento da taxa. A cobrança se tornou inevitável, pois, no início do mês, os desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) acataram o pedido formulado pela ex-prefeito Alcides Bernal

30 MIL O Tribunal de Contas do Estado (TCE) mantém suspensa a instalação de 30 mil lâmpadas de LED. A instituição alega que não se trata apenas de uma simples reposição de lâmpadas, e sim de uma alteração no sistema de rede de iluminação; portanto, não podendo “pegar carona” em licitação alheia, da Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco

e declararam inconstitucional a suspensão da cobrança.

A administração municipal esperou a publicação do acórdão para saber se a cobrança retroativa seria obrigatória ou não. O documento mostra que a decisão tem efeito extunc, ou seja, os efeitos são retroativos à época da origem dos fatos a ele relacionados. “O desejo do prefeito era de que a cobrança não fosse feita; entretanto, devemos obedecer à decisão judicial”, explica o secretário

de Finanças. Caso não fosse cumprida, a medida poderia caracterizar renúncia de receita; portanto, crime de improbidade administrativa.

A Cosip é um porcentual cobrado pela concessionária do serviço de energia sobre o valor do kW/h da iluminação pública. A cobrança é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). É a chamada tarifa B4. O valor arrecadado por meio desta taxa é exclusivo para o investimento em iluminação pública.

A cobrança retroativa terá impacto significativo principalmente para os que pagam menos de R\$ 100 de energia. As duas taxas podem representar mais de 50% do valor da conta, em alguns casos. Outra questão é o pagamento dobrado diante da falta de investimentos qualificados em iluminação pública.

A maior parte dos postes de luz da Capital ainda funciona com lâmpadas de vapor de sódio. Além disto, nem todos os moradores estão satisfeitos com o serviço oferecido. O aposentado João Peruchi Neto, 67 anos, reclama que há três anos os moradores do Residencial Ilhéus se queixam da falta de iluminação na Rua Silvano Gutierrez, no Bairro Pioneiros. “Para iluminar a rua, precisamos colocar lâmpadas em frente das nossas casas, mesmo pagando



GERSON OLIVEIRA

MANUTENÇÃO. O que é arrecadado com taxa deve ser usado exclusivamente em serviços de iluminação

a mais para esse serviço ser oferecido.”

SUSPENSÃO

A aprovação da lei complementar pela Câmara de Vereadores ocorreu no ano passado, durante a gestão do ex-prefeito Alcides Bernal. Sem diálogo amigável com a Casa de Leis, o ex-gestor precisou recorrer à Justiça mais de uma vez para garantir medidas que considerava inconstitucionais. A suspensão da cobran-

ça da Cosip foi uma delas.

A lei foi aprovada pelos vereadores sob a justificativa de que o fundo, que na época tinha em caixa cerca de R\$ 50 milhões, não estava sendo aplicado pelo município. O Executivo municipal não aceitava a suspensão da cobrança por 180 dias. O veto do prefeito foi derrubado pelos vereadores e o caso foi levado à Justiça por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), impedida pela então administração

municipal. Retomada no dia 21 de janeiro deste ano, a cobrança pode gerar receita de R\$ 92,52 milhões em 2017.

Na semana passada, a Câmara de Vereadores entrou com recurso pedindo a revisão da decisão da Justiça quanto à inconstitucionalidade da suspensão. De acordo com o procurador Luis Gustavo, parecer de instância superior pode reverter a decisão. **(Colaborou Bárbara Cavalcanti)**

POR SALÁRIOS

Protesto reúne mil profissionais da educação

NATALIA YAHN

Houve baixa adesão de professores e administrativos da educação em protesto ontem de manhã. Cerca de mil se reuniram para manifestar contra a não incorporação de 7,64% do aumento do piso nacional aos salários. A previsão é de que o porcentual não seja incorporado antes de agosto e a proposta do governo do Estado é parcelar esse índice. Os servidores ameaçam greve caso o reajuste não seja concedido.

Mesmo com poucos participantes – a organização esperava cinco mil pessoas –, ao menos 80% das escolas es-

taduais não funcionaram no Estado. A estimativa da própria Federação dos Trabalhadores em Educação (Fetems) foi de que 292 escolas, das 365 em todo o Estado – que atendem 270 mil alunos –, tenham ficado de portas fechadas ontem. A Secretaria de Estado de Educação (SED) não informou balanço oficial de escolas fechadas por conta da paralisação.

A Fetems ameaça greve caso o governo não cumpra o reajuste de 7,64%, relativo ao piso salarial nacional que deveria ser aplicado em janeiro. As negociações entre a categoria e o Estado terminam hoje, assim como

com as demais categorias.

Professores e administrativos reclamam do descaso da atual gestão e o protesto realizado ontem aconteceu em tom de deboche e críticas ao governador Reinaldo Azambuja (PSDB). Com faixas onde estavam escritas palavras de ordem e frases destinadas a alfinetar o chefe do Executivo estadual, o grupo que se reuniu na Capital cobrou também a incorporação do abono de R\$ 200 ao salário, prometido desde o ano passado.

“A má aplicação de recursos públicos e a política de isenção fiscal, que é para financiamento de campanhas eleitorais, prejudicam todos os servi-

dores públicos. Não adianta dizer que há crise, não tem dinheiro, nós sabemos que não é verdade. E temos direito ao reajuste e aos 7,64%, que foi promessa de campanha do governador”, disse o presidente da Fetems, Roberto Botareli.

A mobilização de ontem foi uma prévia da eleição da entidade, marcada para ocorrer amanhã, com chapa única encabeçada por Jaime Teixeira, que já foi presidente da Fetems em anos anteriores. Ele, inclusive, foi um dos que mais utilizaram o microfone durante o protesto, para convidar os servidores da SED a se juntarem ao protesto. “Nós estamos aqui também por vocês, do la-



VALDENIR REZENDE

EDUCADORES. Com palavras de deboche ao governador, professores e administrativos se reuniram na Governadoria

do de dentro da secretaria, em suas salas. Então, juntem-se a nós, venham para o protesto”.

Os trabalhadores se concentraram na rotatória do Parque

dos Poderes, na Avenida Afonso Pena, de onde seguiram até a Secretaria de Educação e, depois, para a Governadoria.

HOMOLOGADO

Assembleia não prevê data para chamar concursados

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALMS) validou ontem o resultado final do Concurso Público realizado. Conforme o Legislativo, foram mais de 18 mil inscritos. De acordo com Junior Mochi (PMDB), presidente da AL, os aprovados serão convocados conforme as demandas de cada setor, sem dar data para as futuras nomeações. “Vamos identificar, em cada secretaria da Casa, quais as necessidades de pessoal para iniciarmos a chamada dos novos servidores.” Resultado final do concurso pode ser acessado no site da Fundação Carlos Chagas (FCC).

CONCILIAÇÃO

Prefeitura propõe projeto para sanar débitos fiscais

A Prefeitura de Campo Grande propôs ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul ação conjunta de recuperação de créditos fiscais. Proposta foi apresentada hoje ao presidente do TJMS, Divoncir Schreiner Maran, pelo prefeito Marcos Trad (PSD) e pelo procurador-geral do município, Alexandre Ávalo. O programa é uma das medidas encontradas pela prefeitura para aumentar a arrecadação sem onerar o contribuinte. A ação propõe, entre outras coisas, mutirão de conciliação. O Tribunal vai estudar a proposta e apresentar resposta se aceita ou não.

